

### MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO Gabinete da Ministra Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa CEP 70040-906 - Brasília/DF

OFÍCIO SEI Nº 6983/2025/MPO

Belém PA, 18 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

### Senador EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS FILHO

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Câmara dos Deputados - Anexo II, Térreo, Ala C, Sala 12 70160-900 - Brasília - DF cmo.decom@camara.leg.br; sen.efraimfilho@senado.leg.br

Com cópia

A Sua Excelência o Senhor

### Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM

Presidente do Congresso Nacional Senado Federal – Edifício Principal – Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete nº 01 70165-900 - Brasília - DF presidente@senado.leg.br

## Assunto: Alteração do PLN nº 15/2025.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo no 10080.001810/2025-51.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em complementação ao Ofício SEI nº 6446/2025/MPO, de 22 de outubro de 2025, encaminho proposta de alteração do PLN nº 15, de 2025-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.", enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.214/2025, de 29 de agosto de 2025.

As propostas de ajuste, detalhadas abaixo, envolvem: (a) modificação na redação do inciso II do § 1º do art. 4º do Projeto de Lei, referente à autorização para abertura de créditos suplementares relativos a despesas financeiras (RP 0); (b) alterações de dotações orçamentárias, consolidadas no Anexo I deste Ofício (55562775 e 55562813); e (c) substituição do Anexo V do PLN nº 15/2025, na forma do Anexo II deste Ofício (55562857 e 55562870).

## a) Modificação de dispositivos no texto do Projeto de Lei

Na consolidação do texto original do Projeto de Lei, constatou-se erro de processamento que resultou na exclusão de dispositivos muito importantes para o processo de gestão orçamentária, pelos quais são apresentadas hipóteses em que fica autorizada a abertura de créditos suplementares relativos a despesas financeiras (RP 0). Vale destacar que tais dispositivos garantem o necessário grau de flexibilidade à suplementação de despesas altamente relevantes e já constaram das últimas Leis Orçamentárias (2025 e 2024, dentre outras), como se verifica abaixo:

"Art. 4 <sup>o</sup>
§ 1º
II - despesas financeiras (RP 0) relativas:
a) ao serviço da dívida pública federal;
b) às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, observado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;
c) à contribuição da União e de suas autarquias e fundações para o
custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais;
LOA - 2024
"Art. 4º
§ 1º
II - despesas financeiras (RP 0) relativas a:
a) serviço da dívida pública federal;
b) transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, observado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;
c) contribuição da União e de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais;

Assim, diante da constatação do erro mencionado, propõe-se nova redação para o inciso II do § 1º do art. 4º do PLN nº 15/2025, da seguinte forma:

### DE:

Αı	t.	40		 					
§	10		 	 					 

- II despesas financeiras (RP 0) relativas:
- a) à reserva de contingência financeira, quando for necessária a redução do total de despesas sujeitas aos limites individualizados de que trata o inciso I do caput;
- b) às ações:

LOA - 2025

- 1. "00XC Aporte de Recursos para Implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços CGIBS (Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025)"; e
- 2. "00XB Transferência ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais FCBF (art. 12, §1°, da Emenda à Constituição n° 132, de 20 de dezembro de 2023)";
- 3. "0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras (Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998)"; e

4. "00XF - Financiamento de Operações de Crédito Reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010)".

DL	ΙR	Δ.	
_		м.	

Art.	40	 	 	 		 	
§ 1º		 	 	 	 		

- II despesas financeiras (RP 0) relativas:
- a) ao serviço da dívida pública federal;
- b) às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, observado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;
- c) à contribuição da União e de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais;
- d) à reserva de contingência financeira, quando for necessária a redução do total de despesas sujeitas aos limites individualizados de que trata o inciso I do caput;
- e) às ações:
- 1. "00XC Aporte de Recursos para Implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços CGIBS (Lei Complementar nº 214, de 2025)"; e
- 2. "00XB Transferência ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais FCBF (EC Nº 132, art. 12, § 1º)";
- 3. "0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras (Lei Complementar nº 93, de 1998)"; e
- 4. "00XF Financiamento de Operações de Crédito Reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 12.351, de 2010)".

## b) Alterações de dotações orçamentárias

Em função de decisões governamentais tomadas a partir de novas solicitações de órgãos setoriais abaixo resumidas, são propostas alterações em dotações orçamentárias em caráter complementar aos ajustes constantes do Anexo I do Ofício SEI nº 6446/2025/MPO, de 22 de outubro de 2025, na forma do Anexo I a este Ofício (55562775 e 55562813).

Com base no Ofício nº 34/2025-SPOC/SG (55562936), solicita-se, em função do envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 5.120/2025, que altera o orçamento do Ministério Público da União em relação à proposta original, os seguintes remanejamentos de recursos no âmbito do Órgão 34000 – Ministério Público da União: (i) na UO 34101, aumentos de R\$ 15.820.876 na Ação 0Z00 e de R\$ 124.480.968 na Ação 0Z01 e reduções em valores correspondentes nas Ações 09HB e 20TP, respectivamente; (ii) na UO 34102, aumentos de R\$ 987.631 na Ação 0Z00 e de R\$ 6.281.310 na Ação 0Z01 e reduções em valores correspondentes nas Ações 09HB e 20TP, respectivamente; (iii) na UO 34103, aumentos de R\$ 3.139.466 na Ação 0Z00 e de R\$ 22.636.448 na Ação 0Z01 e reduções em valores correspondentes nas Ações 09HB e 20TP, respectivamente; (iv) na UO 34104, aumentos de R\$ 4.640.971 na Ação 0Z00 e de R\$ 43.467.599 na Ação 0Z01 e reduções em valores correspondentes nas Ações 09HB e 20TP, respectivamente; e (v) na UO 34105, aumentos de R\$ 76.305 na Ação 0Z00 e de R\$ 711.473 na Ação 0Z01 e reduções em valores correspondentes nas Ações 09HB e 20TP, respectivamente.

## c) Substituição do Anexo V

Em função de decisões governamentais tomadas a partir de novas solicitações de órgãos setoriais abaixo resumidas, torna-se necessário substituir o Anexo V do PLN º 15/2025, que contempla as autorizações específicas previstas no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, bem como no art. 121, inciso IV, do PLN nº 2/2025, na forma do Anexo II a este Ofício (55562857 e 55562870).

Com base no Ofício nº 34/2025 - SPOC/SG (55562936), além das alterações de dotações orçamentárias mencionadas no item "b" do presente Ofício, solicita-se a atualização das informações do Anexo V referentes ao Órgão 34000 - Ministério Público da União, uma vez que a versão original do PLN nº 15/2025 considerou despesas com recomposições salariais em percentual e parcelamento distintos do constante no Projeto de Lei nº 5.120/2025, encaminhado posteriormente à entrega da proposta orçamentária.

Com base no Ofício nº 8524751/2025 - SIE DPGU (55562975), solicita-se a atualização das informações do Anexo V referentes ao Órgão 29000 – Defensoria Pública da União, diante da ocorrência de erro material (inversão de dígitos) durante o preenchimento das informações.

Com base no Ofício SEI nº 157936/2025/MGI (55563020), solicita-se, a pedido do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, atualização das informações do Anexo V referentes à discriminação dos quantitativos físicos de gratificação a ser criada em conformidade com anteprojeto de lei em elaboração no Ministério.

Cabe destacar, por fim, que as alterações no Anexo V do PLN nº 15/2025 consideram também os ajustes encaminhados anteriormente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO por meio do Ofício SEI nº 6446/2025/MPO, de 22 de outubro de 2025.

#### Anexos:

- I Alterações de Dotações Orçamentárias (55562775 e planilha encaminhada separadamente 55562813);
- II Nova versão do Anexo V do PLN nº 15/2025 (55562857 e planilha encaminhada separadamente 55562870);
  - III Ofício nº 34/2025 SPOC/SG (55562936);
  - IV Ofício nº 8524751/2025 SIE/DPGU (55562975); e
  - V Ofício SEI nº 157936/2025/MGI (55563020).

Atenciosamente,

### **SIMONE TEBET**

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por Simone Nassar Tebet, Ministro(a) de Estado, em 18/11/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador **55580879** e o código CRC **FD985375**.

Processo nº 10080.001810/2025-51.

SEI nº 55580879

# Anexo I - Alterações de Dotações Orçamentárias

Esfera	Unidade Orçamentária (desc.)	Função	Subfunção	Programa	Ação (desc.)	Localizador (desc.)	IDUSO	Natureza de Despesa (no mínimo até modalidade)	RP	Fonte	Acréscimo ou redução	Diferença (R\$ 1)
10	34101	99	999	0999	0Z00	6499	0	3191	0	1000	Acréscimo	15.820.876
10	34101	99	999	0999	0Z01	6499	0	3190	0	1000	Acréscimo	124.480.968
10	34102	99	999	0999	0Z00	6499	0	3191	0	1000	Acréscimo	987.631
10	34102	99	999	0999	0Z01	6499	0	3190	0	1000	Acréscimo	6.281.310
10	34103	99	999	0999	0Z00	6499	0	3191	0	1000	Acréscimo	3.139.466
10	34103	99	999	0999	0Z01	6499	0	3190	0	1000	Acréscimo	22.636.448
10	34104	99	999	0999	0Z00	6499	0	3191	0	1000	Acréscimo	4.640.971
10	34104	99	999	0999	0Z01	6499	0	3190	0	1000	Acréscimo	43.467.599
10	34105	99	999	0999	0Z00	6499	0	3191	0	1000	Acréscimo	76.305
10	34105	99	999	0999	0Z01	6499	0	3190	0	1000	Acréscimo	711.473
10	34101	03	846	0031	09HB	0001	0	3191	0	1000	Redução	-15.820.876
10	34101	03	122	0031	20TP	0001	0	3190	0	1000	Redução	-124.480.968
10	34102	03	846	0031	09HB	0001	0	3191	0	1000	Redução	-987.631
10	34102	03	122	0031	20TP	0001	0	3190	0	1000	Redução	-6.281.310
10	34103	03	846	0031	09HB	0001	0	3191	0	1000	Redução	-3.139.466
10	34103	03	122	0031	20TP	0001	0	3190	0	1000	Redução	-22.636.448
10	34104	03	846	0031	09НВ	0001	0	3191	0	1000	Redução	-4.640.971
10	34104	03	122	0031	20TP	0001	0	3190	0	1000	Redução	-43.467.599
10	34105	03	846	0031	09НВ	0001	0	3191	0	1000	Redução	-76.305
10	34105	03	122	0031	20TP	0001	0	3190	0	1000	Redução	-711.473

Quadro I - Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026

			CRIAÇÃO				PROVIMEN			
		DISCRIMINAÇÃO	0.000	OTT			DES	SPESA		
			QTDE	QTDE	PRIMÁRIA	NO EXERCÍCIO FINANCEIRA	TOTAL	ANUALIZADA FINANCEIRA	TOTAL	
RIA		Z/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES						PRIMÁRIA		
		er Legislativo  Câmara dos Deputados	-	296 56	102.328.015 29.185.377	6.512.661 1.662.807	108.840.676 30.848.184	138.059.637 29.185.377	8.789.122 1.662.807	146.845 30.845
		1.1.1. Cargos vagos	-	56	29.185.377	1.662.807	30.848.184	29.185.377	1.662.807	30.84
	1.2.	Senado Federal	-	200	64.535.758	3.959.063	68.494.821	96.803.637	5.938.595	102.74
	1.3.	1.2.1. Cargos vagos Tribunal de Contas da União	-	200 40	64.535.758 <b>8.606.880</b>	3.959.063 <b>890.791</b>	68.494.821 9.497.671	96.803.637 12.070.623	5.938.595 1.187.720	102.74 13.25
		1.3.1. Cargos vagos	-	40	8.606.880	890.791	9.497.671	12.070.623	1.187.720	13.25
		er Judiciário	2.263	4.316	450.325.420	68.734.301	519.059.721	618.040.602	93.800.116	711.84
	2.1.	Supremo Tribunal Federal 2.1.1. Cargos vagos	200	255 55	18.083.956 4.638.039	2.251.719 1.064.000	20.335.675 5.702.039	20.693.839 7.247.922	2.820.834 1.633.115	23.51 8.88
		2.1.2. PLC n. 769/2024	200	200	13.445.917	1.187.719	14.633.636	13.445.917	1.187.719	14.63
	2.2.	Superior Tribunal de Justiça 2.2.1. Cargos vagos	330	454 124	29.525.201 12.736.891	1.840.965 1.840.965	31.366.166 14.577.856	<b>42.262.092</b> 25.473.782	3.681.929 3.681.929	<b>45.9</b> 4 29.15
		2.2.1. Cargos vagos 2.2.1. PL n. 3.181/2025	330	330	16.788.310	1.040.505	16.788.310	16.788.310	3.001.727	16.78
	2.3.	Justiça Federal	117	617	50.000.497	8.314.037	58.314.534	100.000.983	16.628.069	116.62
		2.3.1. Cargos vagos     2.3.2. Anteprojeto de Lei - Criação de cargos e funções comissionadas no		500	42.275.133	7.423.246	49.698.379	84.550.263	14.846.489	99.39
		Tribunal Regional Federal da 5ª Região	117	117	7.725.364	890.791	8.616.155	15.450.720	1.781.580	17.23
_	2.4.	Justiça Militar da União 2.4.1. Cargos vagos	240	90 10	15.474.245 1.551.873	2.672.369 296.930	18.146.614 1.848.803	15.474.245 1.551.873	2.672.369 296.930	18.14
		2.4.2. Lei n. 14.741/2023	240	80	13.922.372	2.375.439	16.297.811	13.922.372	2.375.439	16.29
	2.5.	Justiça Eleitoral	804	1.654	234.873.592	39.313.497	274.187.089	234.873.592	39.313.497	274.18
		2.5.1. Cargos vagos 2.5.2. PL n. 1.761/2015	10	850 10	128.307.954 2.057.424	25.239.027	153.546.981 2.057.424	128.307.954 2.057.424	25.239.027	153.54
		2.5.3. PL n. 4/2024	794	794	104.508.214	14.074.470	118.582.684	104.508.214	14.074.470	118.58
	2.6.	Justiça do Trabalho	332	717	54.499.966	7.378.707	61.878.673	108.999.927	14.757.411	123.75
		2.6.1. Cargos vagos 2.6.2. PL n. 7.927/2014	45	385 45	35.358.766 4.622.259	5.715.898 668.092	41.074.664 5.290.351	70.717.532 9.244.518	11.431.796 1.336.184	82.14 10.58
		2.6.3. PL n. 956/2015	236	236	9.081.403	237.544	9.318.947	18.162.803	475.088	18.63
_	- , -	2.6.4. PL n. 8.332/2015	51	51	5.437.538	757.173	6.194.711	10.875.074	1.514.343	12.3
	2.7.	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 2.7.1. Cargos vagos	-	<b>426</b> 426	41.410.027 41.410.027	6.324.606 6.324.606	47.734.633 47.734.633	82.820.053 82.820.053	12.649.208 12.649.208	95.44 95.44
	2.8.	Conselho Nacional de Justiça	240	103	6.457.936	638.401	7.096.337	12.915.871	1.276.799	14.19
_		2.8.1. Cargos vagos	- 240	18	1.415.419	267.238	1.682.657	2.830.838	534.474	3.3
_	Min	2.8.2. Anteprojeto de Lei - Criação de cargos e funções istério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	240	85 <b>357</b>	5.042.517 <b>54.666.845</b>	371.163 <b>6.148.920</b>	5.413.680 <b>60.815.765</b>	10.085.033 98.574.353	742.325 10.600.392	10.82
	3.1.		-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680	68.707.957	7.334.163	76.04
		3.1.1. Cargos vagos	-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680 1.509.075	68.707.957 1.551.869	7.334.163	76.04
_	3.2.	Ministério Público Militar 3.2.1. Cargos vagos	-	10 10	1.261.633 1.261.633	247.442 247.442	1.509.075	1.551.869	296.930 296.930	1.84
	3.3.	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	-	20	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.38
	2.4	3.3.1. Cargos vagos Ministónio Póblico do Tyobolho	-	20 70	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.38
	3.4.	Ministério Público do Trabalho 3.4.1. Cargos vagos	-	70	10.193.249 10.193.249	1.088.742 1.088.742	11.281.991 11.281.991	18.597.366 18.597.366	2.078.509 2.078.509	20.67
	3.5	Escola Superior do Ministério Público	-	2	197.785	49.488	247.273	243.378	59.386	30
_	2.6	3.5.1. Cargos vagos  Conselho Nacional do Ministério Público	-	2 8	197.785 979.540	49.488 138.568	247.273 1.118.108	243.378 1.679.211	59.386 237.544	30 1.91
	3.0.	3.6.1. Cargos vagos	-	8	979.540	138.568	1.118.108	1.679.211	237.544	1.91
		ensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.34
_	4.1.	Defensoria Pública da União 4.1.1. Cargos vagos	600	210 5	12.600.122 1.759.878	74.233 74.233	12.674.355 1.834.111	25.200.241 3.519.755	148.465 148.465	25.34 3.66
		4.1.2. PL n. 7.923/2014	600	205	10.840.244	-	10.840.244	21.680.486	-	21.68
		er Executivo Criação e provimentos de cargos e funções	75.509 75.509	79.872 71.085	4.238.041.123 3.817.368.275	799.582.841 795.571.815	5.037.623.964 4.612.940.090	5.982.251.017 5.179.410.645	969.142.955 963.115.282	6.951.3
	3.1.	5.1.1. Cargos efetivos vagos - Exceto BPEQ e QRTAE	-	11.382	1.467.344.111	262.527.008	1.729.871.119	1.751.661.508	322.237.771	2.073.89
		5.1.2. Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos e Gratificações, exceto	45.657	36.980	545.658.845	124.359.028	670.017.873	727.545.127	170.021.112	897.56
		BPEQ e QRTAE 5.1.3. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de		22.500	1 700 577 202	405 912 195	2 107 280 477	2 (95 447 250	467.664.215	2 152 1
		Técnico-Administrativos em Educação (1)	-	22.580	1.790.577.282	405.812.185	2.196.389.467	2.685.447.359	467.664.315	3.153.11
		5.1.4. Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos, BPEQ e QRTAE (1) 5.1.5. Lei n. 12.601/2012 - MRE	29.804	- 95	8.739.372	2.873.594	11.612.966	9.707.986	3.192.084	12.9
		5.1.6. Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos na ANPD	48	48	5.048.665	2.073.374	5.048.665	5.048.665	5.192.004	5.04
	5.2	Fixação de Efetivos - Militares	-	8.209	378.050.591	-	378.050.591	738.982.881	-	738.98
_	5.3	5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	-	8.209 578	378.050.591 42.622.257	4.011.026	378.050.591 46.633.283	738.982.881 63.857.491	6.027.673	738.98 <b>69.8</b> 8
		5.3.1. Fixação de Efetivos - PMDF	-	255	8.641.074	4.011.020	8.641.074	15.689.998	-	15.6
		5.3.2. Fixação de Efetivos - PCDF	-	203	25.902.639	4.011.026	29.913.665	40.088.949	6.027.673	46.1
ΑĬ	L DO IT	5.3.3. Fixação de Efetivos - CBMDF	78.372	120 85.051	8.078.544 4.857.961.525	881.052.956	8.078.544 5.739.014.481	8.078.544 6.862.125.850	1.082.481.050	7.944.60
		ÃO DE VANTAGENS, AUMENTOS DE REMUNERAÇÃO E ALTERAÇÕE				881.032.930	3.737.014.481	0.802.123.830	1.082.481.030	7.544.00
		er Legislativo			215.355.787	24.476.707	239.832.494	215.355.787	24.476.707	239.83
	1.1.	Câmara dos Deputados 1.1.1. PL n. 2.809/2025			18.208.717 18.208.717	-	18.208.717 18.208.717	18.208.717 18.208.717		18.20 18.20
	1.2.	Tribunal de Contas da União			197.147.070	24.476.707	221.623.777	197.147.070	24.476.707	221.62
_	Pod	1.2.1. PL n. 2.829/2025 er Judiciário			197.147.070 2.451.093.340	24.476.707 297.083.329	221.623.777 2.748.176.669	197.147.070 4.468.738.253	24.476.707 512.196.932	221.63 <b>4.980.9</b> 3
		Supremo Tribunal Federal			30.775.597	3.106.337	33.881.934	57.039.866	5.958.409	62.99
		2.1.1. PL n. 3.084/2025 (2)			6.295.583	562.160	6.857.743	10.054.157	1.044.012	11.09
		2.1.2. PL n. 4.750/2025 2.1.3. PL n. 2.447/2022			23.835.794 644.220	2.544.177	26.379.971 644.220	46.341.489 644.220	4.914.397	51.2
	2.2.	Superior Tribunal de Justiça			75.416.201	11.597.498	87.013.699	138.692.049	21.317.537	160.0
_		2.2.1. PL n. 2.447/2022			293.602	55.784	349.386	303.726	57.708	31
		2.2.2. PL n. 3.084/2025 2.2.3. PL n. 4.750/2025			26.513.514 48.609.085	3.720.171 7.821.543	30.233.685 56.430.628	48.319.470 90.068.853	6.734.106 14.525.723	55.0 104.5
	2.3.	Justiça Federal			600.993.949	68.709.302	669.703.251	1.113.632.597	126.908.552	1.240.5
_		2.3.1. PL n. 2.447/2022 2.3.2. PL n. 3.084/2025			3.065.054 127.363.851	444.433 12.716.962	3.509.487 140.080.813	3.157.006 254.727.701	457.766 25.433.924	3.6 280.1
_		2.3.2. PL n. 3.064/2025 2.3.3. PL n. 4.750/2025			470.565.044	55.547.907	526.112.951	855.747.890	101.016.862	956.7
_	2.4.	Justiça Militar da União			21.301.269	5.698.044	26.999.313	37.495.088	10.468.370	47.9
		2.4.1. PL n. 2.447/2022 2.4.2. PL n. 3.084/2025			564.474 3.885.539	181.665 1.061.018	746.139 4.946.557	564.474 7.771.077	181.665 2.122.035	9.89
		2.4.3. PL n. 4.750/2025			16.851.256	4.455.361	21.306.617	29.159.537	8.164.670	37.32
	2.5.	Justiça Eleitoral			375.449.321	66.391.105	441.840.426	684.027.099	123.144.717	807.1
		2.5.1. PL n. 2.447/2022			654.048 131.713.581	178.555 34.148.196	832.603 165.861.777	654.048 239.633.062	178.555 63.418.077	303.0
		2.5.2. PL n. 3.084/2025			243.081.692	32.064.354	275.146.046	443.739.989	59.548.085	503.2
		2.5.3. PL n. 4.750/2025				120.634.163	1.289.174.155	2.117.012.930	187.788.675	2.304.80 9.82
	2.6.	2.5.3. PL n. 4.750/2025 Justiça do Trabalho			1.168.539.992	120.054.105	0.000.011	0.000.011		
	2.6.	2.5.3. PL n. 4.750/2025 Justiça do Trabalho 2.6.1. PL n. 2.447/2022			9.822.214	-	9.822.214 545.242.996	9.822.214 905.693.879	85.859.892	
		2.5.3. PL n. 4.750/2025 <b>Justiga do Trabalho</b> 2.6.1. PL n. 2.447/2022 2.6.2. PL n. 3.084/2025 2.6.3. PL n. 4.750/2025			9.822.214 498.029.717 660.688.061	- 47.213.279 73.420.884	545.242.996 734.108.945	905.693.879 1.201.496.837	85.859.892 101.928.783	991.55 1.303.42
		2.53. Pt. n. 4.750/2025  Justiça do Trabalho 2.61. Pl. n. 2.447/2022 2.62. Pl. n. 3.084/2025 2.63. Pl. n. 4.750/2025 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios			9.822.214 498.029.717 660.688.061 172.272.068	47.213.279	545.242.996 734.108.945 <b>192.759.901</b>	905.693.879 1.201.496.837 <b>309.307.743</b>		991.55 1.303.42 <b>345.08</b>
		2.5.3. P.L. n. 4.750/2025  Justiça do Trabalho 2.6.1. P.L. n. 2.447/2022 2.6.2. P.L. n. 3.084/2025 2.6.3. Pl. n. 4.750/2025  Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 2.7.1. Pl. n. 2.447/2022			9.822.214 498.029.717 660.688.061 172.272.068 1.231.859	- 47.213.279 73.420.884 <b>20.487.833</b>	545.242.996 734.108.945 <b>192.759.901</b> 1.231.859	905.693.879 1.201.496.837 <b>309.307.743</b> 1.279.238	101.928.783 35.775.871	991.55 1.303.42
		2.53. Pt. n. 4.750/2025  Justiça do Trabalho 2.61. Pl. n. 2.447/2022 2.62. Pl. n. 3.084/2025 2.63. Pl. n. 4.750/2025 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios			9.822.214 498.029.717 660.688.061 172.272.068	- 47.213.279 73.420.884	545.242.996 734.108.945 <b>192.759.901</b>	905.693.879 1.201.496.837 <b>309.307.743</b>	101.928.783	991.5 1.303.4 <b>345.0</b> 1.2

	2.8.1. PL n. 2.447/2022	24.704	-	24.704	24.704	-	24.704
	2.8.2. PL n. 3.084/2025	1.957.956	-	1.957.956	3.560.648	-	3.560.648
	2.8.3. PL n. 4.750/2025	4.362.283	459.047	4.821.330	7.945.529	834.801	8.780.330
3. M	linistério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	197.577.798	24.665.249	222.243.047	361.749.779	46.379.790	408.129.569
3.	1. Ministério Público Federal	124.480.968	15.820.876	140.301.844	227.513.499	30.160.587	257.674.086
	3.1.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivos, de CCs e FCs	124.480.968	15.820.876	140.301.844	227.513.499	30.160.587	257.674.086
3.	2. Ministério Público Militar	6.281.310	987.631	7.268.941	11.463.746	1.795.693	13.259.439
	3.2.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivos, de CCs e FCs	6.281.310	987.631	7.268.941	11.463.746	1.795.693	13.259.439
3.	3. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	22.636.448	3.139.466	25.775.914	42.110.669	5.840.868	47.951.537
	3.3.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivos, de CCs e FCs	22.636.448	3.139.466	25.775.914	42.110.669	5.840.868	47.951.537
3.	4. Ministério Público do Trabalho	43.467.599	4.640.971	48.108.570	79.366.265	8.443.666	87.809.931
	3.4.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivos, de CCs e FCs	43.467.599	4.640.971	48.108.570	79.366.265	8.443.666	87.809.931
3.	5 Escola Superior do Ministério Público	711.473	76.305	787.778	1.295.600	138.976	1.434.576
	3.5.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivos, de CCs e FCs	711.473	76.305	787.778	1.295.600	138.976	1.434.576
4. D	efensoria Pública da União	30.130.441	5.888.037	36.018.478	54.708.702	10.707.713	65.416.415
4.	1. Defensoria Pública da União	30.130.441	5.888.037	36.018.478	54.708.702	10.707.713	65.416.415
	4.1.1. PL n. 7.923/2014	547.925	-	547.925	996.430	-	996.430
	4.1.2. Anteprojeto de Lei - Projeto para reajustar o salário do DPGF	20.356.720	3.794.159	24.150.879	36.901.855	6.899.882	43.801.737
	4.1.3. Anteprojeto de Lei - Projeto para reajustar o salário dos servidores da carreira da DPU	9.225.796	2.093.878	11.319.674	16.810.417	3.807.831	20.618.248
5. Pe	oder Executivo	3.829.031.390	415.064.712	4.244.096.102	4.751.415.688	538.838.269	5.290.253.957
5.	<ol> <li>Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a concesssão de vantagens, alteração de estrutura de</li> </ol>						
	carreira e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações, no âmbito do Poder Executivo,	3.829.031.390	415.064.712	4.244.096.102	4.751.415.688	538.838.269	5.290.253.957
	inclusive para o quadro em extinção relacionado aos ex-Territórios						
TOTAL DO	ITEM II	6.723.188.756	767.178.034	7.490.366.790	9.851.968.209	1.132.599.411	10.984.567.620
TOTAL DO	ANEXO V (ITEM I + ITEM II)	11.581.150.281	1.648.230.990	13.229.381.271	16.714.094.059	2.215.080.461	18.929.174.520
(1) Timites Cal	co a financiaro dactinados a proximentos de cargos afativos que compõem o Danco de Professor Equivalente e o Quadro de Pe	Cartagia des Carres de 1	Pássais a Administration		man dan Danmatan alla 7.2	22 4- 10 4- 14-4- 201	10- 7 211 - 7 212

[LULADU ANEAU V (ILEM 1+ ILEM II) [1,28] [1,648,230,990 | 13,229,381,271 | 16,714,094,059 | 2,215,080,46] [18,929,174.] (1) Limites fisico e financeiro destinados a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8,260, de 29 de maio de 2014 (2) Alteração da Lei que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União

 $Quadro\ II-Detalhamento\ das\ programações\ orçament\'arias\ em\ nível\ de\ Esfera/Unidade/Funcional\ Program\'atica/Ação/Subtítulo$ 

Esfera/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo	Item I	Item II	Item I + II
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	4.857.961.525	6.723.188.756	11.581.150.281
10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 - Câmara dos Deputados	29.185.377	18.208.717	47.394.094
10.02101.99.999.0999.0201.6499 - Senado Federal	64.535.758	-	64.535.758
10.03101.99.999.0999.0Z01.6499 - Tribunal de Contas da União	8.606.880	197.147.070	205.753.950
10.10101.99.999.0999.0Z01.6499 - Supremo Tribunal Federal	18.083.956	30.775.597	48.859.553
10.11101.99.999.0999.0Z01.6499 - Superior Tribunal de Justiça	29.525.201	75.416.201	104.941.402
10.12101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau	50.000.497	600.993.949	650.994.446
10.13101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Militar da União	15.474.245	21.301.269	36.775.514
10.14101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Eleitoral	234.873.592	375.449.321	610.322.913
10.15126.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	54.499.966	1.168.539.992	1.223.039.958
10.16101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça do DF e Territórios	41.410.027	172.272.068	213.682.095
10.17101.99.999.0999.0201.6499 - Conselho Nacional de Justica	6.457.936	6.344.943	12.802.879
10.34101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público Federal	37.810.418	124.480.968	162.291.386
10.34102.99.999.0999.0201.6499 - Ministério Público Militar	1.261.633	6.281.310	7.542.943
10.34103.99.999.0701.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	4.224.220	22.636.448	26.860.668
10.34104.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público do Trabalho	10.193.249	43.467.599	53.660.848
10.34105.99.999.0999.0Z01.6499 - Escola Superior do MPU	197.785	711.473	909.258
10.59101.99.999.0999.0201.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	979.540	-	979,540
10.29101.99.999.0999.0Z01.6499 - Defensoria Pública da União	12.600.122	30.130.441	42.730.563
10.26101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério da Educação	1.790.577.282	1.049.827.686	2.840.404.968
10.52101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério da Defesa	378.050.591	-	378.050.591
10.71102.99.999.0999.0Z01.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	2.026.790.993	2.779.203.704	4.805.994.697
10.73901.99.999.0999.0Z01.6499 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	42.622.257	-	42.622.257
Reserva de Contingência - Financeira / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	881.052.956	767.178.034	1.648.230.990
10.01101.99.999.0999.0Z00.6499 - Câmara dos Deputados	1.662.807	-	1.662.807
10.02101.99.999.0999.0200.6499 - Senado Federal	3.959.063	-	3.959.063
10.03101.99.999.0999.0Z00.6499 - Tribunal de Contas da União	890.791	24.476.707	25.367.498
10.10101.99.999.0999.0200.6499 - Supremo Tribunal Federal	2.251.719	3.106.337	5.358.056
10.11101.99.999.0999.0Z00.6499 - Superior Tribunal de Justiça	1.840.965	11.597.498	13.438.463
10.12101.99.999.0999.0200.6499 - Justica Federal de Primeiro Grau	8.314.037	68.709.302	77.023.339
10.13101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Militar da União	2.672.369	5.698.044	8.370.413
10.14101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Eleitoral	39.313.497	66.391.105	105.704.602
10.15126.99.999.0799.0700.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	7.378.707	120.634.163	128.012.870
10.16101.99.999.0999.0200.6499 - Justica do DF e Territórios	6.324.606	20.487.833	26.812.439
10.17101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional de Justica	638.401	459.047	1.097.448
10.29101.99.999.0999.0200.6499 - Defensoria Pública da União	74.233	5.888.037	5.962.270
10.34101.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público Federal	4.278.262	15.820.876	20.099.138
10.34102.99.999.0Z00.6499 - Ministério Público Militar	247.442	987.631	1.235.073
10.34103.99.999.0299.0Z00.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	346.418	3.139.466	3.485.884
10.34104.99.999.0799.0700.6499 - Ministério Público do Trabalho	1.088.742	4.640.971	5.729.713
10.34105.99.999.0200.6499 - Escola Superior do MPU	49,488	76,305	125.793
10.59101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	138.568	-	138.568
10.26101.99.999.0Z00.6499 - Ministério da Educação	405.812.185	257.188.261	663.000.446
10.71102.99.999.0200.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	389,759,630	157.876.451	547.636.081
10,73901.99.999,0290,0499 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	4.011.026	-	4.011.026
	5.739.014.481	7,490,366,790	13.229.381.271



Oficio nº 34/2025 - SPOC/SG

Brasília, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor

#### **CLAYTON LUIZ MONTES**

Secretário de Orçamento Federal SEPN 516, bloco D, lote 8, Asa Norte, CEP 70770-524 Brasília-DF

Assunto: Alterações no Anexo V do PLOA 2026 - Ministério Público da União.

Senhor Secretário,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem modificativa ao Congresso Nacional para alteração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2026 (Projeto de Lei nº 15/2025-CN), referente ao Ministério Público da União (MPU).
- 2. Tal solicitação decorre do envio de Projetos de Lei (PL) ao Congresso Nacional que alteram o orçamento do MPU na forma proposta quando da elaboração do PLOA 2026.
- 3. A proposta orçamentária encaminhada pelo MPU ocorreu em momento anterior à definição do reajuste do PL nº 5120/2025, que prevê o aumento da remuneração dos servidores do MPU em três parcelas anuais, sucessivas e cumulativas de 8%, com vigência a partir de 1º de julho dos anos de 2026, 2027 e 2028.
- 4. No PLOA 2026, originalmente, contemplou-se a projeção de despesas com recomposições salariais em percentual e parcelamento distintos do constante no referido PL

- nº 5120/2025. Dessa forma, faz-se imprescindível a atualização das informações constantes do Anexo V do MPU, especialmente com a inclusão do item II no mesmo, nos termos do Documento nº 1, em anexo.
- 5. Ressalta-se que as alterações ora propostas no Anexo V não modificarão o limite de gastos estabelecido pela LC 200/2023, uma vez que serão compensadas por cancelamentos de dotações próprias, conforme demonstrado no Documento nº 2, em anexo.
- 6. Além disso, é preciso considerar a tramitação do PL nº 1872/2025, que cria o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público da União (FMPU), com o objetivo de fornecer apoio financeiro para ações que reforcem o trabalho do Ministério Público. O referido PL foi aprovado pela Câmara de Deputados em 16/07/2025 e encaminhado ao Senado Federal, estando atualmente em avançado estágio de apreciação.
- 7. Dessa forma, o PL nº 1872/2025 resulta da tese da ADI nº 7641 de que fundos especiais e receitas próprias dos tribunais e dos órgãos do PJU, incluindo as do MPU, quando utilizadas para a cobertura de despesas específicas, não devem ser submetidas ao limite de gastos estipulado pelo Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar 200/2023), sob pena de inviabilizar a continuidade das funções essenciais à Justiça.
- 8. As receitas do FMPU constituídas no referido PL, a princípio, incluem as seguintes fontes de receitas: doações; contribuições em pecúnia, valores e bens móveis e imóveis; recursos decorrentes de alienação de equipamentos, veículos ou outros materiais permanentes e de alienação de material inservível ou dispensável do MPU; valores de inscrições em concursos organizados pelo MPU; transferências de outros fundos de natureza pública ou privada; e participação nos valores apurados das custas recolhidas no âmbito da Justiça da União, das multas aplicadas pelos magistrados em processos cíveis em razão da prática de ato atentatório ao exercício de jurisdição, e dos recursos decorrentes da alienação de bens imóveis considerados abandonados, nos termos da lei que instituir o Fundo de Custas da Justiça Federal.
- 9. Por se tratarem de receitas próprias deste MPU, estas devem ser incluídas no Projeto de Lei nº 15/2025-CN e as dotações decorrentes dessa arrecadação devem ser excetuadas do limite de gastos instituído pela Lei Complementar 200/2023, conforme o entendimento exarado pelo STF.
- 10. Destaca-se que os valores de participação nas receitas angariadas pelo Poder Judiciário da União (PJU), representam o resultado das últimas negociações entre o Senado, PJU, MPU e Defensoria Pública da União (DPU). Esta última também fará jus à parcela das referidas receitas.
- 11. Nesse contexto, a previsão de receitas próprias do MPU para o próximo exercício, considerando o PL nº 1872/2025 e novas receitas que não constaram na previsão de

arrecadação no momento da elaboração do PLOA 2026, está estimada em R\$ 304.738.101,00 (trezentos e quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e um reais), distribuídas entre as Unidades Orçamentárias conforme Documento nº 3, em anexo.

- 12. Por oportuno, as dotações orçamentárias a serem acrescidas no PLOA 2026, referentes à previsão de receitas próprias, são apresentadas no Documento nº 4, em anexo.
- Diante do exposto, para compor a mensagem modificativa, encaminho a nova versão do Anexo V do PLOA 2026 do MPU (Documento nº 1), com a inclusão do Item II Detalhamento de Novas Reestruturações de Carreiras, Aumento de Remunerações e Criação de Vantagens, bem como os remanejamentos entre as ações orçamentárias do Órgão, necessários para suportar as alterações em valores compatíveis com o PL nº 5120/2025 (Documento nº 2). Encaminho também o demonstrativo de receitas próprias adicionais previstas do MPU (Documento nº 3) e as dotações orçamentárias a serem incluídas (Documento nº 4), tendo como base as receitas previstas.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência manifestação de apreço e consideração.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

Secretária-Geral do MPU Assinado digitalmente



### Ofício 34/2025-SPOC/SG - Documento 1

(Anexo V ao PLN 15/2025)

Quadro I - Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026

CRIAÇÃO PROVIMENTO										
	ONIAÇÃO				DESP					
DISCRIMINAÇÃO	QTDE	QTDE		NO EXERCÍCIO			ANUALIZADA			
		l i	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL		
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GR	RATIFICAÇÕ	ES			•					
3. Ministério Público da União	-	349	53.687.305	6.010.352	59.697.657	96.895.142	10.362.848	107.257.990		
3.1. Ministério Público Federal	-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680	68.707.957	7.334.163	76.042.120		
3.1.1. Cargos vagos	-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680	68.707.957	7.334.163	76.042.120		
3.2. Ministério Público Militar	-	10	1.261.633	247.442	1.509.075	1.551.869	296.930	1.848.799		
3.2.1. Cargos vagos	-	10	1.261.633	247.442	1.509.075	1.551.869	296.930	1.848.799		
3.3. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	-	20	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.388.432		
3.3.1. Cargos vagos	-	20	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.388.432		
3.4. Ministério Público do Trabalho	-	70	10.193.249	1.088.742	11.281.991	18.597.366	2.078.509	20.675.875		
3.4.1. Cargos vagos	-	70	10.193.249	1.088.742	11.281.991	18.597.366	2.078.509	20.675.875		
3.5 Escola Superior do Ministério Público	-	2	197.785	49.488	247.273	243.378	59.386	302.764		
3.5.1. Cargos vagos	-	2	197.785	49.488	247.273	243.378	59.386	302.764		
II. CONCESSÃO DE VANTAGENS, AUMENTOS DE REMUNERAÇ	ÇÃO E ALTE	RAÇÕES DE	ESTRUTURA D	E CARREIRAS						
3. Ministério Público da União			197.577.798	24.665.249	222.243.047	361.749.779		408.129.569		
3.1. Ministério Público Federal			124.480.968	15.820.876	140.301.844	227.513.499		257.674.086		
3.1.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efet	ivos, de CCs	e FCs	124.480.968	15.820.876	140.301.844	227.513.499		257.674.086		
3.2. Ministério Público Militar			6.281.310	987.631	7.268.941	11.463.746		13.259.439		
3.2.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efet	ivos, de CCs	e FCs	6.281.310		7.268.941	11.463.746		13.259.439		
3.3. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios			22.636.448	3.139.466	25.775.914	42.110.669	5.840.868	47.951.537		
3.3.1. PL n. 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efet	ivos, de CCs	e FCs	22.636.448	3.139.466	25.775.914	42.110.669		47.951.537		
3.4. Ministério Público do Trabalho	43.467.599	4.640.971	48.108.570	79.366.265		87.809.931				
3.4.1. PL 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivo	-Cs	43.467.599	4.640.971	48.108.570	79.366.265		87.809.931			
3.5 Escola Superior do Ministério Público			711.473	76.305	787.778	1.295.600	138.976	1.434.576		
3.5.1. PL 5120/2025 - aumento de remuneração de cargos efetivo	os, de CCs e F	-Cs	711.473	76.305	787.778	1.295.600	138.976	1.434.576		



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I

PROGR	PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas a								as Fontes R\$ 1,00	
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR	
	0999 Reserva de Contingência									
		OPERAÇÃO ESPECIAL								
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							15.820.876	
99 999		Reserva de Contingência – Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	0	91	0	1000	15.820.876	
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							124.480.968	
99 999		Reserva de Contingência Fiscal – Primária - <b>Recursos para</b> atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	1	90	0	1000	124.480.968	
TOTAL ·	- FISCAL			-					140.301.844	
TOTAL ·	- SEGURIDADE								0	
TOTAL -	- GERAL								140.301.844	

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDAD	DE: 34102 - Ministér	io Público Militar							
ANEXO	1								
PROGR	AMA DE TRABALH	O ( SUPLEMENTAÇÃO )		R	ecu	ırso	de	Todas	s as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F T E	VALOR					
	0999	Reserva de Contingência							7.268.941
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							987.631
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência – Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	0	91	0	1000	987.631
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							6.281.310
99 999	0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal – Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	1	90	0	1000	6.281.310
TOTAL	- FISCAL		<u> </u>	_			1	1	7.268.941
TOTAL	- SEGURIDADE								0
TOTAL	- GERAL								7.268.941



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ANEXO I

PROGR	AMA DE TRABALH	O ( SUPLEMENTAÇÃO )		R	ecı	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							25.775.914
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	i						3.139.466
99 999		Reserva de Contingência – Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	0	91	0	1000	3.139.466
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							22.636.448
99 999		Reserva de Contingência Fiscal – Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	1	90	0	1000	22.636.448
TOTAL -	- FISCAL			I				1	25.775.914
TOTAL ·	- SEGURIDADE								0
TOTAL	- GERAL	<u> </u>							25.775.914

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO		TO PUBLICO DO TRADALITO							
PROGR	AMA DE TRABALH	IO ( SUPLEMENTAÇÃO )		R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	S F	G N D	R P	M O D	IJ	F T E	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							48.108.570
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	i						4.640.971
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência – Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	0	91	0	1000	4.640.971
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							43.467.599
99 999	0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal – Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	1	90	0	1000	43.467.599
TOTAL	- FISCAL	1	1	1			1	1	48.108.570
TOTAL	- SEGURIDADE								0
TOTAL	- GERAL								48.108.570



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União ANEXO I

ANEXO	ı								
PROGR	AMA DE TRABALH	O ( SUPLEMENTAÇÃO )		R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							787.778
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							76.305
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência – Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	0	91	0	1000	76.305
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							711.473
99 999		Reserva de Contingência Fiscal – Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos		1	1	90	0	1000	711.473
TOTAL -	- FISCAL	1							787.778
TOTAL -	- SEGURIDADE								0
TOTAL	- GERAL								787.778



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

PROGR	AMA DE TRABALH	O ( CANCELAMENTO )		R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO    E   G   R   M   I   F   T   T   F   D   P   D   U   E							VALOR
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							140.301.844	
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
03 846		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							15.820.876
03 846	0031 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional		1	0	91	0	1000	15.820.876
		ATIVIDADE	1						
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							124.480.968
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - <b>Nacional</b>	F	1	1	90	0	1000	124.480.968
TOTAL	- FISCAL		I	l					140.301.844
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL	- GERAL								140.301.844

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO	II										
PROGR	AMA DE TRABALH	O ( CANCELAMENTO )		R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00		
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	VALOR								
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							7.268.941		
		OPERAÇÃO ESPECIAL									
03 846		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							987.631		
03 846	0031 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional		1	0	91	0	1000	987.631		
		ATIVIDADE									
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							6.281.310		
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - <b>Nacional</b>	F	1	1	90	0	1000	6.281.310		
TOTAL -	- FISCAL	I							7.268.941		
TOTAL – SEGURIDADE											
TOTAL -	- GERAL								7.268.941		



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ANEXO II

PROGR	AMA DE TRABALH	O ( CANCELAMENTO )	E S	R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F T E	VALOR					
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							25.775.914	
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
03 846		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.139.466
03 846	0031 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – No Distrito Federal		1	0	91	0	1000	3.139.466
		ATIVIDADE	1						
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União	1						22.636.448
03 122	0031 20TP 0053	Ativos Civis da União - <b>No Distrito Federal</b>	F	1	1	90	0	1000	22.636.448
TOTAL	│ - FISCAL	<u> </u>			<u> </u>	l	<u> </u>	I	25.775.914
TOTAL	0								
TOTAL	- GERAL								25.775.914

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

UNIDAD	E: 34104 - Minister	io Publico do Trabalho							
<b>ANEXO</b>	II								
PROGR	AMA DE TRABALH	O ( CANCELAMENTO )		R	ecu	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D		M O D	U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							48.108.570
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
03 846	0031 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							4.640.971
03 846	0031 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional		1	0	91	0	1000	4.640.971
		ATIVIDADE							
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União	1						43.467.599
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - <b>Nacional</b>	F	1	1	90	0	1000	43.467.599
TOTAL -	⊥ – FISCAL								48.108.570
	- SEGURIDADE								0
TOTAL -	- GERAL								48.108.570



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 2

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União ANEXO II

,	••								
PROGR	AMA DE TRABALH	O ( CANCELAMENTO )		R	есι	ırso	de	Todas	as Fontes R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							787.778
		OPERAÇÃO ESPECIAL							
03 846	0031 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores							76.305
		Públicos Federais							
03 846	0031 09HB 5664	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o		1	0	91	0	1000	76.305
		Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Em Brasília - DF	•						
		ATIVIDADE							
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União	İ						711.473
03 122	0031 20TP 5664	Ativos Civis da União – <b>Em Brasília - DF</b>	F	1	1	90	0	1000	711.473
TOTAL -	│ – FISCAL	1			I				787.778
	- SEGURIDADE								0
TOTAL -	- GERAL								787.778



Ofício 34/2025-SPOC/SG - Documento 3

DISTRIBUI	ÇÃO DAS RE	CEITAS PE	RÓPRIAS - I	PLOA 2026		
						R\$ 1,00
	MPF	MPM	MPDFT	MPT	ESMPU	MPU
Venda de folha de pessoal	24.251.126	1.573.165	5.710.113	11.175.824	97.873	42.808.101
Distribuição do Fundo MPU (PL 1872/25)	136.880.000	8.860.000	30.610.000	60.540.000	1.040.000	237.930.000
Arrecadação de concurso	24.000.000					24.000.000
Total	185.131.126	10.433.165	36.320.113	71.715.824	1.137.873	304.738.101



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 4

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

TOTAL - GERAL

UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal **ANEXO I** PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 G М R **PROGRAMÁTICA** PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO **FUNC** S Ν 0 **VALOR** Ρ U F D 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 185.131.126 ATIVIDADE 03 062 0031 4264 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 185.131.126 Ministério Público Federal Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério F 03 062 0031 4264 0001 3 2 90 0 1050 185.131.126 Público Federal - Nacional TOTAL - FISCAL 185.131.126 **TOTAL - SEGURIDADE TOTAL - GERAL** 185.131.126 ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 G М R S F **FUNC PROGRAMÁTICA** PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO Ν 0 Т **VALOR** Ρ D D 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 10.433.165 ATIVIDADE 03 062 0031 4263 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 10.433.165 Ministério Público Militar 03 062 0031 4263 0001 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério F 3 2 90 1050 10.433.165 Público Militar - Nacional TOTAL - FISCAL 10.433.165 TOTAL - SEGURIDADE **TOTAL - GERAL** 10.433.165 ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO ( SUPLEMENTAÇÃO ) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 G M R **FUNC** PROGRAMÁTICA PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO S N O Т VALOR P U F D D 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 36.320.113 ATIVIDADE 03 062 0031 4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério 36.320.113 Público do Distrito Federal e Territórios 03 062 2 0 1050 0031 4261 0053 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério F 3 90 36.320.113 Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal TOTAL – FISCAL TOTAL – SEGURIDADE 36.320.113

36.320.113



Ofício 34/2025 - SPOC/SG - Documento 4

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 E G R PROGRAMÁTICA PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO S N O T VALOR P U D 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 71.715.824 ATIVIDADE 0031 4262 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério 03 062 71.715.824 Público do Trabalho Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério F 3 2 0 1050 03 062 0031 4262 0001 90 71.715.824 Público do Trabalho - Nacional TOTAL - FISCAL 71.715.824 TOTAL - SEGURIDADE TOTAL - GERAL 71.715.824 ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União UNIDADE: 34105 – Escola Superior do Ministério Público da União PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 G M F R S F FUNC PROGRAMÁTICA PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO N VALOR 0 Т P U 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 1.137.873 ATIVIDADE 03 128 0031 20HP Desenvolvimento de competências de membros e servidores do 1.137.873 MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento 03 128 0031 20HP 0001 Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, F 3 2 1050 1.137.873 pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional TOTAL - FISCAL 1.137.873

1.137.873







#### DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Secretaria Institucional Executiva

Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - www.dpu.def.br Sede da Defensoria Pública da União

#### OFÍCIO - Nº 8524751/2025 - SIE DPGU

Brasília, 07 de novembro de 2025.

Ao Senhor **CLAYTON LUIZ MONTES Secretário de Orçamento Federal** SEPN 516, Bloco D, Lote 8, 4º andar, Asa Norte - Brasília - DF CEP 70770-524

Assunto: Correção de erro material constante do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2026, referente à Defensoria Pública da União.

Referência: Processo SEI nº 08038.005358/2025-70.

Senhor Secretário,

- 1. Com meus cordiais cumprimentos, faço referência ao PLN nº 15, de 2025-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026, Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLOA 2026), enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.214/2025, de 29 de agosto de 2025.
- 2. Foi verificada a ocorrência de erro material (inversão de dígitos) durante o preenchimento das informações referentes à Defensoria Pública da União (DPU), constantes do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2026, Quadro I Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026, Item 1. Criação e/ou Provimentos de Cargos, Funções e Gratificações.
- 3.Nesse sentido, venho solicitar especial atenção da Secretaria de Orçamento Federal no sentido de viabilizar o envio ao Congresso Nacional de proposta de alteração ao PLOA 2026, conforme indicado a seguir:

### Onde se lê:

#### ANEXO V

Quadro I - Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 -

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026

	CRIAÇÃO				PROVIMEN	NTO		
DISCRIMINAÇÃO					DESI	PESA		
DISCRIMINAÇÃO	QTDE	QTDE	N	O EXERCÍCIO		1	ANUALIZADA	
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIM	IENTOS DE C	CARGOS	, FUNÇÕES e (	GRATIFICAÇÕES	3			
()								
4. Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706
4.1 Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706
4.1.1. Cargos vagos	-	5	1.759.878	74.233	1.834.111	3.519.755	148.465	3.668.220
4.1.2. PL n. 7.923/2014	570	195	9.738.444	=	9.738.444	19.476.886	-	19.476.886
4.1.3. PL n. 9.723/2014	30	10	1.101.800	=	1.101.800	2.203.600	-	2.203.600

#### ANEXO V

Quadro I - Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 -

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026

	CRIAÇÃO			]	PROVIMEN	NTO					
DISCRIMINAÇÃO					DES	PESA					
	QTDE	QTDE	QTDE	N	O EXERCÍCIO			ANUALIZADA			
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL			
L CDLAÇÃO E/OU DDOVIMENTOS DE CADÇOS EUNÇÕES A CDATIEICAÇÕES											

#### I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES

(...)

4. Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706
4.1 Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706
4.1.1. Cargos vagos	-	5	1.759.878	74.233	1.834.111	3.519.755	148.465	3.668.220
4.1.2. PL n. 7.923/2014	600	205	10.840.244	-	10.840.244	21.680.486	-	21.680.486

4. Agradeço pela atenção dispensada ao tempo em que renovo protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,

#### PAULO AFONSO VIEIRA JÚNIOR

Secretário Institucional Executivo Adjunto
Defensoria Pública da União



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Afonso Vieira Junior**, **Secretário Institucional Executivo Adjunto**, em 07/11/2025, às 21:33, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir\_documento\_dpu.html informando o código verificador 8524751 e o código CRC 9BC0BC0B.

08038.005358/2025-70 8524751v36



### MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS Secretaria de Gestão de Pessoas Gabinete

OFÍCIO SEI Nº 157936/2025/MGI

Brasília, na data de assinatura.

Ao Senhor Secretário de Orçamento Federal Secretaria de Orçamento Federal Ministério do Planejamento e Orçamento Esplanada dos Ministérios, Bloco K Brasília - DF - CEP: 700040-906

Assunto: Alteração da PLOA 2026.

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19975.037145/2025-33.

### Senhor Secretário,

- 1. Faço referência à Nota Técnica SEI nº 51286/2025/MGI (SEI nº 55333070), por meio do qual esta Secretaria de Gestão de Pessoas SGP do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos MGI encaminha proposta de alteração do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária de 2026 para contemplar a criação de gratificações, de modo a viabilizar Projeto de Lei em elaboração nesta unidade.
- 2. Trata-se do acréscimo do quantitativo físico de 36.980 gratificações temporárias, para atividades técnicas relacionadas a documentação e acervo, comunicação, pesquisa científica e tecnológica ou saúde; ou atividades administrativas relacionadas a planejamento, orçamento e finanças, pessoal, processos, patrimônio, logística, contratos, dados, controle e integridade, atendimento ou protocolo. Tais gratificações serão concedidas mediante ato discricionário da autoridade competente, no interesse da administração.
- 3. Importa mencionar que o aumento que a medida provocará no Projeto de Lei Orçamentária de 2026, já está previsto no referido projeto de lei, de modo que a alteração necessária abarca unicamente o quantitativo físico das gratificações.
- 4. Como o Projeto de Lei Orçamentária de 2026 ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, solicita-se os bons préstimos desta SOF para avaliar possibilidade de inclusão da presente demanda no texto em tramitação, em prol da racionalização do processo legislativo.

#### Anexos:

I - Nota Técnica SEI nº 49211/2025/MGI (SEI nº 55333070)

II - Planilha (SEI nº 55344609);

Atenciosamente,

# Documento assinado eletronicamente JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR Secretário de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por Jose Celso Cardoso Junior, Secretário(a), em 06/11/2025, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\_externo.php? acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0, informando o código verificador 55333072 e o código CRC 341AA770.

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 8º andar, sala 839 - Bairro Zona Cívico-Administrativo CEP 70040-906 - Brasília/DF

(61) 2020-5593/ 2020-4271 - e-mail sgprt.caad-didoc@economia.gov - gov.br/gestao

Processo nº 19975.037145/2025-33.

SEI nº 55333072

Nota Técnica SEI nº 51286/2025/MGI

Assunto: Alteração da PLOA 2026 - Criação de quantitativo físico de gratificações no Anexo V

Processo SEI nº 19975.037145/2025-33

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

- 1. Trata-se de pleito de remanejamento das autorizações contidas no "Item II 4.1. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a concessão de vantagens, alteração de estrutura de carreira e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações, no âmbito do Poder Executivo, inclusive para o quadro em extinção relacionado aos ex-Territórios" para o "Item I 5.1.2 Anteprojeto de Lei Criação de Cargos Efetivos e Gratificações, exceto BPEQ e QRTAE", do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária de 2026, para especificar a criação de gratificações no âmbito do Poder Executivo federal.
- 2. Diante do exposto, encaminha-se o pleito à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF/MPO), para que sejam realizados os encaminhamentos pertinentes junto ao Congresso Nacional, com vistas a adequar a LOA 2025 ao pleito de criação de cargos no âmbito do MEC.

## **ANÁLISE**

- 3. A proposta de Projeto de Lei em elaboração nesta Secretaria de Gestão de Pessoas prevê a criação, a partir de 1º de abril de 2026, de Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas GTATA, devida a titulares de cargos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, enquanto permanecerem nessa condição.
- 4. A GTATA possui natureza temporária e caracteriza-se por ser de livre designação e dispensa, de acordo com a oportunidade e a conveniência da administração pública federal. Além disso, não compõe a estrutura remuneratória de cargos, nem possui vinculação a planos ou carreiras específicas.
- 5. A criação da Gratificação decorre de necessidade da administração pública de otimizar processos de natureza prioritária no âmbito do suporte e apoio à execução de atividades administrativas. O objetivo é que a GTATA seja concedida aos servidores, não integrantes de carreiras estruturadas, que atuem de modo direto em atividades de execução e apoio a atividades administrativas na Administração Pública federal, como aquelas relacionadas a planejamento, orçamento e finanças, pessoal, processos, patrimônio, logística, contratos, dados, controle e integridade, atendimento ou protocolo; ou a atividades técnicas, como as relacionadas a documentação e acervo, comunicação, pesquisa científica e tecnológica ou saúde.
- 6. A GTATA contará com quantitativo previamente definido e não guarda relação numérica com a quantidade de servidores em exercício em cada unidade dos órgãos e entidades federais.
- 7. A Gratificação possui valor fixo e poderá ser paga em conjunto com gratificações de desempenho, todavia não será paga cumulativamente com outras gratificações temporárias, a saber: Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal GSISTE, Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática GSISP, Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo GAEG e Gratificação Temporária de

Proteção e Defesa Civil – GPDEC, de que tratam, respectivamente, o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, o art. 287 e o art. 292 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e o art. 56 da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024.

- 8. Ressalta-se ainda que há previsão de teto remuneratório que considera na soma a GTATA e a remuneração de cada servidor, de modo que o valor total percebido pelo servidor não ultrapassará valor predefinido.
- 9. Assim, com vistas a possibilitar o envio, a posteriori, de Projeto de Lei sobre a matéria anteriormente explicitada, faz-se necessário ajustar o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária de 2026, em discussão no Congresso Nacional, para remanejar a previsão da criação das referidas gratificações dos valores globais previstos no "Item II 4.1. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a concessão de vantagens, alteração de estrutura de carreira e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações, no âmbito do Poder Executivo, inclusive para o quadro em extinção relacionado aos ex-Territórios" para o "Item I 5.1.2 Anteprojeto de Lei Criação de Cargos Efetivos, exceto BPEQ e QRTAE", inclusive com sugestão de ajuste textual para constar "Item I 5.1.2 Anteprojeto de Lei Criação de Cargos Efetivos e Gratificações, exceto BPEQ e QRTAE".
- 10. Assim, serão discriminados os quantitativos físicos de gratificações criadas: 36.980 (trinta e seis mil, novecentos e oitenta) e respectivos valores, conforme detalhamento contido na planilha 55344609.
- 11. Importa ressaltar que a medida não representará aumento nas despesas previstas para o Projeto de Lei Orçamentária de 2026, visto que se trata de mero remanejamento de um item do Anexo V para outro.
- 12. Diante do exposto, faz-se pertinente a apresentação do pleito à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF/MPO), para que sejam realizados os encaminhamentos pertinentes junto ao Congresso Nacional, com vistas a adequar o PLOA 2026 ao pleito aqui apresentado, a fim de possibilitar, a posteriori, o envio e a sanção, de Projeto de Lei sobre a matéria.

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

13. Diante do exposto, esta Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/MGI) encaminha a proposição à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF/MPO), com vistas à alteração do "Item I - 5.1.2. Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos e Gratificações, exceto BPEQ e QRTAE", do Anexo V do PLOA 2026.

Documento assinado eletronicamente

### **EDUARDO VIANA ALMAS**

Diretor de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas

Documento assinado eletronicamente

## MIRIAN LÚCIA BITTENCOURT GUIMARÃES

Diretora de Inteligência de Dados

De acordo. À SOF/MPO.

Documento assinado eletronicamente

### JOSE CELSO CARDOSO JUNIOR

Secretário de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Viana Almas**, **Diretor(a)**, em 06/11/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Lucia Bittencourt Guimaraes**, **Diretor(a)**, em 06/11/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3° do art. 4° do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Celso Cardoso Junior**, **Secretário(a)**, em 06/11/2025, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, <u>de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\_externo.php?">https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador 55333070 e o código CRC A92244B9.

**Referência:** Processo nº 19975.037145/2025-33. SEI nº 55333070